



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 190,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA**Ano**

As três séries Kz: 470 615.00
A 1.ª série Kz: 277 900.00
A 2.ª série Kz: 145 500.00
A 3.ª série Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO**Assembleia Nacional****Resolução n.º 1/14:**

Aprova a substituição dos Representantes do Grupo Parlamentar do MPLA na Comissão Provincial Eleitoral da Lunda-Sul, nomeadamente Lote Zeca Moutinho por José Fernando Zeca, Alfredo Chihumbue por Manuel Coelho e de Tito Moisés por Pedro Cassongo Diógenes.

Resolução n.º 2/14:

Aprova para ratificação, o Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo e para a região.

Ministérios da Economia, da Indústria, do Comércio e da Construção**Decreto Executivo Conjunto n.º 15/14:**

Determina que não é permitida a importação de cimento no ano de 2014, salvo as autorizações que a comissão do Sector do Cimento conceda, ouvida a Associação da Indústria Cimenteira de Angola, que se responsabilizará pela distribuição das quotas de produção/oferta e pelo fornecimento regular sustentável e com a qualidade requerida, para o mercado da construção civil e obras públicas.

Ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos e do Urbanismo e Habitação**Despacho Conjunto n.º 58/14:**

Determina o registo a favor do Estado, livre de quaisquer ónus ou encargos, do prédio urbano de dois pisos (cave e rés-do-chão) situado na Província da Huíla, Lubango, no Bairro Mapunda, inscrito na Repartição Fiscal do Lubango, sob o n.º 2.680, em nome de João Gonçalves de Freitas Júnior.

Despacho Conjunto n.º 59/14:

Determina o registo a favor do Estado, livre de quaisquer ónus ou encargos, do prédio urbano destinado a comércio e habitação situado no Bairro do Tchico, Província da Huíla, inscrito na Repartição Fiscal do Lubango, sob o n.º 1.015, em nome de Manuel de Almeida.

Despacho Conjunto n.º 60/14:

Determina o registo a favor do Estado, livre de quaisquer ónus ou encargos, do prédio urbano, composto de duas moradias geminadas, situado na Província da Huíla, Lubango, no Bairro Comercial, inscrito na Repartição Fiscal do Lubango, sob o n.º 911, em nome de José Pereira Dias.

Ministérios da Administração do Território e da Justiça e dos Direitos Humanos**Despacho Conjunto n.º 61/14:**

Determina o registo a favor do Estado, livre de quaisquer ónus ou encargos, dos prédios rústicos sítos em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Rua Hélder Neto, Bairro Alvalade, Município de Luanda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 83 do Livro B-13, sob o n.º 2.748, com a área de 629,00 m² e inscrito a fls. 79 do Livro G-02, sob o n.º 1.001, em nome de Maurício Ferreira Rodrigues D'Almeida; Distrito Urbano da Ingombota, Rua Amílcar Cabral, Bairro Ingombota, Município de Luanda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 140 do Livro B-26, sob o n.º 7.864, com a área de 1.356,63 m², inscrito a fls. 37 do Livro G-32, sob o n.º 30.123 e desanexado sob o n.º 4.910, a fls. 163 do Livro B-18, em nome de Fernando Gonçalves, João Paulo de Jesus Brandão da Graça e Flávia Aguiar da Rocha Dias; Distrito Urbano do Sambizanga, Rua António Enes, Bairro São Paulo, Município de Luanda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 34 do Livro B-27, sob o n.º 13.910, com a área de 767.20,00 m², em nome de Emília Mercedes de Melo Nogueira Santos; Distrito Urbano da Ingombota, Rua António Saldanha da Gama, Bairro Maculusso, Município de Luanda, descritos na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 127 do Livro B-22, sob o n.º 6.384, com a área de 864,51 m² e a fls. 127, verso do Livro B-22, sob o n.º 6.385, com a área de 766,63 m², ambos inscritos a fls. 195 do Livro G-5, sob o n.º 5.325, em nome de Henrique Gago da Graça; Distrito Urbano da Ingombota, Avenida Lenine, Bairro Maculusso, Município de Luanda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 178 do Livro B-13, sob o n.º 2.956, com a área de 1.496,84 m² e inscrito a fls. 179 do Livro G-8, sob o n.º 8.664, em nome da Sociedade Agrícola NAPAL, S.A.R.L. e, Distrito Urbano da Ingombota, Rua Amílcar Cabral, Bairro Ingombota, Município de Luanda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 113 do Livro B-17, sob o n.º 4.369, com a área de 1.269,00 m² e inscrito a fls. 70, verso do Livro G-23, sob o n.º 23.627, em nome da Sociedade Comercial Pina & Domingos.

Ministério da Economia**Despacho n.º 62/14:**

Exonera Eduardo Amândio de Oliveira Quissanga do cargo de Director do Gabinete Jurídico.

Ministério da Agricultura**Despacho n.º 63/14:**

Demite Paulo Maldonado Suzi Buarga, Estagiário de Investigação do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, por abandono de lugar.

Despacho n.º 64/14:
Transfere Domingas Felícia Tomás, Técnica Superior de 1.ª Classe, do Centro Nacional de Recursos Fitogenéticos para o Instituto de Desenvolvimento Agrário.

Despacho n.º 65/14:
Exonera Alfredo Armindo Francisco da Cunha do cargo de Chefe de Secção de Produção Agrícola, da Direcção Nacional de Agricultura e Pecuária.

Despacho n.º 66/14:
Exonera Francisco Delfina do cargo de Chefe da Estação Experimental do Café da Ganda.

Despacho n.º 67/14:
Desvincula Carlos António Ferreira Madia, Chefe de Secção, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 68/14:
Desvincula Francisco Malundo Victor, Aspirante, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 69/14:
Desvincula Alfredo Armindo Francisco da Cunha, Chefe de Secção, do quadro de pessoal deste Ministério, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 70/14:
Nomeia Domingos Gonçalves Coimbra para as funções de Coordenador do Projecto Agrícola do Moxico.

Despacho n.º 71/14:
Nomeia Henrique Aragão Vaz de Carvalho para o cargo de Chefe da Estação Experimental do Café da Ganda, com a categoria equiparada a Chefe de Departamento.

Despacho n.º 72/14:
Nomeia José Soares Ramos para o cargo de Chefe de Departamento de Economia Florestal e Faunística da Direcção Nacional de Florestas.

Ministério da Educação

Despacho n.º 73/14:

Nomeia definitivamente Andreza Domingos Albino Patrício Kipombo, Emilia Miguel Pedro, Estêvão Gabriel Joaquim Quinda, João Gamba Sacalumbo, José Eduardo Luciano, Luzia Aspirante Ferreira Manuel, Maria Luísa João Manuel José, Mariana Joaquim, Helena da Conceição Armando Narciso, João da Silva, Manuel Fernando, Araújo Viagem Albino, Emilio Júnior Chimbinda, Florinda Mazembo Anastácio, Júlia Maria Mendes Adriano, Noémia de Sousa Diogo Mateus, Teodora Isabel Pinto Cassinda, Américo Sebastião da Silva, Ari António Manuel, Esvânia de Mariana Pedro Domingos Faz Bem Ribeiro, Felicia Serafim Kiteculo, Isabel Francisco Cardoso Guilherme, Jesus Victorino Abrantes Manuel, José Dinis, Jurema Yari Basílio da Cruz, Lino Mário da Silva, Manuel Faria Victor, Mariana Beciano, Pedro Jacinto Luís da Cruz, Tomás Paulino Neto, Augusto João Gonçalves, César Danik Cahombo, Filipe José, Jacinta José Inês, Zeferino Sacutambuga, Arlindo Pinto Duarte, Estêvão dos Santos Adriano, Manuel Alfredo, Olavio Chitungila Albino, Marlene Dionisia Maria Faustino da Cunha, Venâncio Mário Fernandes, Ângela José Miguel, Baptista Manuel, Carlos António Machado Chico, Fernando Francisco Cafunda Manuel, Hélio Augusto Martinho, Manuel Gregório Lisboa, Manuel Gonçalo Costa, Manuel Joaquim Flávio Passagem, Mário Dongo Cambiri, Pedro Gango Céres, Quintino José, Sabiano Eduardo e Simão Estêvão Nicolau Professores do 1 e II Ciclos do Ensino Secundário, Diplomados do 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º Escalão, affectos as Repartições Municipais da Educação do Amboim, Ebo, Porto Amboim, Sumbe, Cassongue, Cela, Seles, Kibala, Conda e Libolo, Província do Kwanza-Sul.

Ministério do Ensino Superior

Despacho n.º 74/14:

Homologa o Protocolo de Cooperação entre o Instituto Superior Técnico de Angola e a Universidade do Minho de Portugal.

Ministério da Cultura

Despacho n.º 75/14:

Constitui a Comissão de Avaliação encarregue de avaliação de candidatura de fiscalização no âmbito da reabilitação Nacional de História Natural.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Resolução n.º 1/14
de 15 de Janeiro

Considerando que os Órgãos da Administração regem-se pelos princípios e normas estabelecidos na Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica sobre a organização e o Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral e o Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral e a formidade com o princípio da independência da Administração pelo artigo 107.º da Constituição da República de Angola;

Atendendo que a alínea b) do n.º 1 do artigo 163.º da Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro, Lei Orgânica das Eleições Gerais, estabelece que os membros das Assembleias Provinciais Eleitorais são entidades designadas pela Assembleia Nacional, por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções, sob proposta dos Partidos Políticos e Coligação de Partidos Políticos parlamentar;

Considerando que o Grupo Parlamentar do Moxico citou a substituição dos seus representantes na Assembleia Provincial Eleitoral da Lunda-Sul;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do Grupo Parlamentar do Moxico, nos termos das disposições combinadas da alínea a) do artigo 163.º e da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada a substituição na Comissão Provincial Eleitoral da Lunda-Sul dos senhores abaixo indicados por novos membros como se segue:

- Lote Zeca Moutinho por José Fernando Zeca
- Alfredo Chihumbue por Arlindo Manuel (C)
- Tito Moisés por Pedro Cassongo Diógenes

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em 15 de Janeiro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, Fernando Piedade Dias dos Santos.

Resolução n.º 2/14
de 15 de Janeiro

Considerando os esforços que têm sido feitos pelos Chefes de Estado, Chefes de Governos e Representantes da comunidade internacional para o estabelecimento da paz, segurança e estabilidade na RDC e na Região;

tendo em conta o engajamento da comunidade internacional e regional no apoio a todas as iniciativas que movam a paz, a segurança e a estabilidade na região e tenham fim ao saque dos recursos naturais da região, às violações dos direitos humanos, sobretudo de crianças, mulheres e idosos;

Desejando o fim dos conflitos cíclicos que abalam a região, sobretudo o Leste da República Democrática do Congo, visando devolver a paz e a tranquilidade, na referida região e das populações circunvizinhas, criando, com isso, condições de desenvolvimento económico e social;

Guiados pelo espírito de concórdia e de cooperação mutuamente vantajosas e com benefícios recíprocos que podem resultar da exploração racional e sustentada dos recursos biológicos e não biológicos que a Região possui para a felicidade e bem-estar das suas populações;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, os termos da alínea k) do artigo 161.º e da alínea f) do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado, para ratificação, o Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo e para a Região, anexo à presente Resolução e de que é parte integrante.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 28 de Novembro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

ACORDO-QUADRO PARA A PAZ, SEGURANÇA E COOPERAÇÃO PARA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E A REGIÃO

1. Importantes progressos foram registados na República Democrática do Congo durante a década passada. Os processos de paz nacional e regional então iniciados estabeleceram a base de uma paz e estabilidade relativas em grandes partes do país. Da mesma forma, o Governo da República Democrática do Congo deu início, com o apoio dos parceiros, a um certo número de reformas para preparar o terreno para a retoma económica e a democratização do país.

2. Contudo, o leste da República Democrática do Congo continua a sofrer ciclos de conflito recorrentes e de violências persistentes por parte de grupos armados, tanto nacionais como estrangeiros.

3. As consequências desta violência foram mais do que devastadoras. Os actos de violência sexual e de graves violações dos direitos humanos são utilizados regularmente e quase quotidianamente como armas de guerra. O número

de pessoas deslocadas consta como dos mais elevados no mundo e gira de forma persistente em torno de dois milhões de pessoas. A execução do programa nacional de reconstrução, da reforma do sector de segurança e a erradicação da pobreza são constantemente interrompidos.

4. Apesar destes desafios, a crise recente oferece a possibilidade para atacar as causas profundas do conflito e pôr um termo aos ciclos de violência recorrentes. É cada vez mais reconhecido que a via actual não é viável. Baseado numa cessação das hostilidades, acções concretas são requeridas por parte do Governo da República Democrática do Congo, com o apoio dos parceiros; os Estados da região e da comunidade internacional em apoio aos esforços já em curso da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

5. Os princípios enunciados a cada um destes níveis constituirão os compromissos assumidos nos seguintes domínios:

Para o Governo da República Democrática do Congo:

Um compromisso renovado para:

Continuar e aprofundar a reforma do sector da segurança, em particular no que tange o exército e a polícia;

Consolidar a autoridade do Estado, em particular no leste da República Democrática do Congo, incluindo impedir os grupos armados de destabilizar os países vizinhos;

Realizar progressos no que diz respeito a descentralização;

Promover o desenvolvimento económico, incluindo no que concerne a expansão das infraestruturas e fornecimento de serviços sociais de base;

Promover a reforma estrutural das instituições do Estado incluindo a reforma das finanças; e

Promover os objectivos de reconciliação nacional, de tolerância, e de democratização.

Para a região:

Um compromisso renovado para:

Não se imiscuir nos assuntos internos dos Estados vizinhos;

Não tolerar, nem prestar uma assistência ou apoio a quaisquer grupos armados;

Respeitar a soberania e integridade territorial dos Estados vizinhos;

Reforçar a cooperação regional, incluindo através do aprofundamento da integração económica com uma atenção particular acordada à questão da exploração dos recursos naturais;

Não albergar nem fornecer uma protecção de qualquer natureza que seja, às pessoas acusadas de crimes de guerra, crimes contra a humanidade,

actos de genocídio ou de agressão, ou a pessoas sob regime de sanções das Nações Unidas; e Facilitar a administração da justiça, graças a cooperação judiciária na região.

Para a comunidade internacional:

O Conselho de Segurança continuará atento quanto a importância de um apoio para a estabilidade a longo prazo da República Democrática do Congo e da Região dos Grandes Lagos;

Um compromisso renovado dos parceiros bilaterais a permanecer mobilizados no seu apoio à República Democrática do Congo e à Região, incluindo com os meios apropriados para garantir a durabilidade destas acções a longo prazo; e apoiar a implementação dos protocolos e dos projectos prioritários do pacto sobre a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos;

Um compromisso renovado para trabalhar na revitalização da Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL), apoiar a implementação do seu objectivo de desenvolvimento económico e de integração regional;

Uma revisão estratégica da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) com vista a reforçar o seu apoio ao Governo para fazer face aos desafios de ordem de segurança e favorecer a expansão da autoridade do Estado;

A nomeação de um Enviado Especial das Nações Unidas para apoiar os esforços para encontrar soluções duradouras com um plano multifacético que permitirá a convergência de todas as iniciativas em curso.

Mecanismo de acompanhamento

6. A República Democrática do Congo, os países limítrofes, os parceiros regionais e a comunidade internacional trabalharão de forma sincronizada para promover estes princípios.

7. Um mecanismo de acompanhamento regional envolvendo os dirigentes dos Países da região, nomeadamente da República Democrática do Congo, da República da África do Sul, da República de Angola, da República do Burundi, da República Centro-Africana, da República do Congo, da República do Uganda, da República do Rwanda, da República do Sudão do Sul, da República Unida da Tanzânia e da República da Zâmbia, gozando dos bons ofícios do Secretário Geral das Nações Unidas, do Presidente da Comissão da União Africana, do Presidente da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos e do Presidente da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, na qualidade de garantes do presente Acordo, será

estabelecido e se reunirá regularmente para passar e os progressos da implementação dos compromissos nacionais acima referidos, no respeito da soberania dos envolvidos.

8. Este mecanismo 11+4 é para apoiar os esforços em curso e será, por conseguinte, apoiado pela comunidade ligada a União Africana, a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, assim como os parceiros internacionais, incluindo a União Europeia, os Estados Unidos de América, a França e o Reino Unido. Um plano detalhado para a implementação do mecanismo desenvolvido conjuntamente, incluindo o estabelecimento de critérios e medidas de acompanhamento apropriadas.

9. O Presidente da República Democrática do Congo instituirá no seio do Governo um mecanismo nacional de acompanhamento com vista a acompanhar e supervisionar a implementação dos compromissos assumidos a nível nacional para as reformas acima mencionadas. As Nações Unidas, a União Africana, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e outros parceiros bilaterais ou multilaterais que serão convidados, prestarão o seu apoio a este mecanismo.

10. O mecanismo de acompanhamento nacional será ao abrigo do respeito total da soberania da República Democrática do Congo.

11. Na República Democrática do Congo, a MONUSCO fará parte da solução e continuará a trabalhar em colaboração com o Governo da República Democrática do Congo.

Feito em Addis Abeba, aos 24 de Fevereiro de 2003.

S.E. *Joseph Kabila Kabange* — Presidente da República Democrática do Congo;

S.E. *Parfait Anicet Mbay* — Segundo Vice-Primeiro-Ministro da República Centro-Africana e Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Africana, da Francofonia e dos Países Centro-Africanos no Estrangeiro, p/ S.E. *François Bozizé* — Presidente da República Centro-Africana;

S.E. *Manuel Domingos Vicente* — Vice-Presidente da República de Angola p/ S.E. *José Eduardo dos Santos* — Presidente da República de Angola;

S.E. *Laurent Kavakure* — Ministro das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional da República do Burundi, p/ S.E. *Pierre Nkurunziza*, Presidente da República do Burundi;

S.E. *Denis Saassou N'guesso* — Presidente da República do Congo;

S.E. *Paul Kagame* — Presidente da República do Ruanda;

S.E. *Jacob Zuma* — Presidente da República da África do Sul;

S.E. *Salva Kiir Mayardit* — Presidente da República do Sudão do Sul;

S.E. *Edward Kiwanuka Ssekandi* — Vice-Presidente da República do Uganda p/ S.E. *Yoweri Kaguta Museveni*, residente da República do Uganda;

S.E. *Whyinter Kabimba* — Ministro da Justiça da República da Zâmbia, p/ S.E. *Michael Chilufya Sata*, residente da República da Zâmbia;

S.E. *Jakaya Mrisho Kikwete* — Presidente da República da Tanzânia;

S.E. *Ban Ki-Moon* — Secretário Geral das Nações Unidas, Testemunha;

S.E. *Nkosazana Dlamini Zuma* — Presidente da Comissão da União Africana, Testemunha;

S.E. *Armando Emilio Guebuza* — Presidente da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, Testemunha;

S.E. *Edward Kiwanuka Ssekandi* — Vice-Presidente da República do Uganda p/ S.E. *Yoweri Kaguta Museveni* — Presidente da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos, Testemunha.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DA CONSTRUÇÃO

Decreto Executivo Conjunto n.º 15/14 de 15 de Janeiro

Na persecução dos esforços que se vêem envidando, com o incremento do investimento, visando o aumento da oferta sustentável e a preço justo do cimento à nível nacional;

Havendo, no entanto a necessidade, não obstante os esforços empreendidos pelo Executivo e os produtores nacionais, de se continuar a importação de cimento, com a qualidade requerida e a preço competitivo, até a normalização da sua oferta de forma regular e sustentável;

Considerando-se ser imperioso garantir a logística necessária, nomeadamente o cimento, para fazer face aos programas do Executivo, mormente no domínio da construção civil e obras públicas;

Torna-se imprescindível a tomada de medidas disciplinadoras do mercado importador e da rede de distribuição e comercialização do cimento, em todo o território nacional;

Nos termos do disposto do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determina-se:

ARTIGO 1.º (Quota geral)

1. Não é permitida a importação de cimento no ano de 2014, salvo as autorizações que a Comissão do Sector do Cimento conceda, ouvida a Associação da Indústria Cimenteira de Angola, que se responsabilizará pela distribuição das quotas de produção/oferta e pelo fornecimento

regular sustentável e com a qualidade requerida, para o mercado da construção civil e obras públicas.

2. Exceptuam-se do regime regra estabelecido no n.º 1 do artigo 1.º, nomeadamente:

- a) Os cimentos especiais, mediante prévia solicitação dos utilizadores devidamente fundamentada;
- b) O cimento para as províncias fronteiriças, mediante prévia solicitação devidamente fundamentada dos Governos Provinciais:
 - b. 1) do Cunene, com uma quota de 100.000/Tons.;
 - b. 2) do Cuando Cubango, com uma quota de 150.000/Tons.;
 - b. 3) de Cabinda, com uma quota de 100.000/Tons.

3. O cimento para as obras com contrato «chave-na-mão» deverá ser solicitado pelos respectivos empreiteiros, previamente e por escrito até ao dia 31 de Janeiro de 2014 e conhecerão também autorização excepcional da Comissão do Sector do Cimento, em 70% das necessidades comprovadas, devendo os restantes 30% ser adquirido aos produtores nacionais, enquanto existirem as condições totais de fornecimento local, confirmadas após certificação da Comissão do Sector do Cimento e a Associação da Indústria de Cimento de Angola, num trabalho concertado.

4. Relativamente ao clínquer é condição para a sua importação, que os seus utilizadores apresentem um plano anual de importação, antes do dia 31 de Janeiro de 2014, para a aprovação do Ministério da Construção, com a designação das origens, boletim de qualidade e periodicidade de recepção.

5. Caso a produção nacional e concomitantemente a oferta do cimento ao mercado local, fique aquém da previsão assumida e garantida pela AICA — Associação da Indústria de Cimento de Angola, fruto da avaliação trimestral a realizar, para as devidas correcções e ajustes, a Comissão do Sector do Cimento, roga-se ao direito de autorizar a importação da quantidade necessária de cimento, para fazer face as necessidades deste produto.

ARTIGO 2.º

(Metodologia e coordenação da operação de importação)

1. Para o pleno e exitoso cumprimento da operação de importação, impõe-se a necessidade da realização de um trabalho de complementaridade, ao qual são chamados os Ministérios da Construção, da Indústria e do Comércio, para além de outras instituições atinentes.

2. No âmbito das tarefas a desenvolver, ao Ministério da Construção são atribuídas às tarefas de supervisão e em coordenação com o Ministério da Indústria, proceder ao controlo da qualidade, a inspecção às unidades industriais de produção e aos importadores de cimento e clínquer.

Pessoal		Categoria/Cargo	Indicação Obrigatória da Especialidade Profissional a Admin
Auxiliar	Auxiliar Administrativa	Auxiliar Administrativo Principal	
		Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	
		Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe	
	Auxiliar de Limpeza	Auxiliar de Limpeza Principal	
		Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	
		Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe	
	Operária	Operário Qualificado de 1.ª Classe	
		Operário Qualificado de 2.ª Classe	
		Encarregado	
		Operário Não Qualificado de 1.ª Classe	
		Operário Não Qualificado de 2.ª Classe	

*De acordo com o artigo 37.º, sobre as regras de criação, estruturação e funcionamento dos Institutos Públicos, o quadro de pessoal deve especificar o regime dos técnicos pretendidos quer no regime geral como no regime especial.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.



REPÚBLICA

036020-20-01-DA

MINISTÉRIO DA

Toda a correspondência, incluindo a relativa a anúncio e assinaturas de "República", deve ser dirigida ao: Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho, n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1200, Luanda.
www.imprensanacional.gov.ao
Imprensa»

SUMARIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 344:

Aprova o Esquema Orgânico do Ministério da Administração do Território. — Revoga o Decreto Presidencial n.º 247/12, de 18 de Dezembro.

Decreto Presidencial n.º 474:

Aprova a concessão de uma garantia bancária de crédito no valor de USD 335.214.602,24, para um período de maturação de 12 meses, do Banco Africano de Desenvolvimento ao Banco de Fomento e Crédito e autoriza o Ministro das Finanças a emitir a respectiva Garantia.

Despacho Presidencial n.º 114:

Determina que o Grupo Iêmbu passe a ser denominado Grupo de Apoio ao Conselho de Administração da FMC e adjunta ao Conselho de Administração da FMC o Presidente da Assembleia da FMC e o Presidente da Direcção da FMC.

Decreto Executivo n.º 114:

Aprova o Regulamento do Conselho de Administração da FMC e o Regulamento do Conselho de Administração da FMC.

Despacho n.º 114:

Substitui o pessoal angolano nos termos do Anexo VI ao presente Contrato de Investimento:

Substituir progressivamente os trabalhadores expatriados destacados para a implementação do Projecto de Investimento por trabalhadores

renegociação do Contrato de Investimento referida no Anexo VI, n.º 8, é concluída no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de solicitação da renegociação.

8. Se as Partes não chegarem a acordo relativamente às alterações que devem ser efectuadas ao Contrato de Investimento, ou em caso de impossibilidade de reposição dos direitos da FMC e/ou da Sociedade nos termos anteriores à alteração legislativa, o Estado indemniza prontamente a FMC e/ou a Sociedade pela totalidade dos danos que possam sofrer em consequência da referida alteração legislativa ou adopção de acto administrativo.

9. O valor da indemnização referida na Cláusula 20.ª, n.º 8, é determinado por acordo entre o Estado e a FMC e/ou a Sociedade, ou mediante arbitragem, nos termos da Cláusula 23.ª, se não for possível chegar a acordo.

3. O Ministério do Comércio deverá realizar os respectivos licenciamentos de importação de clínquer e do cimento autorizados excepcionalmente.

4. As empresas envolvidas devem respeitar as normas e regras em vigor para a actividade de importação em vigor na República de Angola.

ARTIGO 3.º
(Beneficiários de importação)

1. São para além do descrito nos n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º do presente Decreto Executivo Conjunto, as empresas nacionais produtoras de cimento, os potenciais produtores com projectos aprovados pelo Executivo e excepcionalmente outras empresas a decidir pela Comissão do Sector do Cimento, no espírito e na letra do presente Diploma Legal;

2. Em caso de verificação de incapacidade dos beneficiários para importar a quota atribuída, a Comissão do Sector do Cimento atribuirá a respectiva quota ou o remanescente a outras empresas.

ARTIGO 4.º
(Qualidade do cimento)

1. O cimento a importar deverá obrigatoriamente ser das classes 32.5mpa e 42.5mpa em conformidade com a norma EN 197 CEM I, bem como outros tipos de classes especiais.

2. Os importadores ficam obrigados à:

- Inspecção pré-embarque da qualidade do cimento a ser feita por uma entidade independente e de nível internacional;
- Apresentação do certificado de inspecção;
- Apresentação prévia à fiscalização de cada lote importado, de uma amostra de cimento para certificação de qualidade pelo Laboratório de Engenharia de Angola ou por laboratórios de especialidade por aqueles indicados;
- Apresentação da sua estrutura de custo e proposta de preço de venda local.
- Apresentação da sua rede de distribuição do cimento (Agentes revendedores);
- Como regra geral o cimento deve ser importado à granel, podendo excepcionalmente ser ensacado em embalagens com a inscrição da zona ou projecto ao qual o mesmo se destina.

ARTIGO 5.º
(Responsabilidade financeira e logística)

Os importadores são responsáveis por:

- Seleccionar o fornecedor;
- Suportar todos os encargos financeiros da operação de importação;
- Organizar e assumir os encargos logísticos do desembaraço aduaneiro, descarga e entrega do cimento aos seus agentes distribuidores, bem assim como os encargos decorrentes com as despesas de aferição da qualidade do cimento junto aos laboratórios;

d) Seleccionar, credenciar e identificar a sua actividade informativa as áreas autorizadas e os seus agentes revendedores.

ARTIGO 6.º
(Pontos de desembarque)

1. O cimento a importar ao abrigo do presente Decreto Executivo Conjunto deverá ser desembarcado nos seguintes pontos:

Cais da Nova Cimangola;
Porto de Luanda;
Porto do Lobito;
Porto do Namibe;
Cais do Dande;
Base da Sonils;
Porto do Soyo;
Porto de Cabinda;
Por via terrestre por Postos Fronteiriços de Alfândega.

2. É condição indispensável que existam serviços fiscais, alfandegários e outras requeridas nos pontos de desembarques identificados no n.º 1 do presente Diploma Legal.

3. As autoridades portuárias e aduaneiras devem assegurar a necessária prioridade e celeridade de processamento da atracação, desembaraço aduaneiro e descarga do cimento, com base no programa de chegadas apresentado pelos importadores autorizados neste Diploma legal.

ARTIGO 7.º
(Regime aduaneiro)

1. As importações referidas no presente Decreto Executivo Conjunto não estão isentas das obrigações e aduaneiras impostas legalmente.

2. O Gabinete de Inspecção do Ministério do Comércio deverá, junto dos Serviços de Alfândega de Angola, assegurar a facilitação de todo o processo aduaneiro e de importação do cimento e clínquer.

ARTIGO 8.º
(Comercialização)

1. As empresas seleccionadas para importação do cimento procederão à comercialização do cimento nas áreas portuárias e interiores, nos locais e canais de distribuição que foram autorizadas no território nacional.

2. O cimento comercializado fora dos canais autorizados será apreendido pelas autoridades competentes e o seu destino será decidido pela Comissão do Sector do Cimento.

3. As empresas deverão informar as instituições competentes sobre o circuito de distribuição e comercialização adoptados.

ARTIGO 9.º
(Regime de preços)

1. Os preços de venda de cimento à porta da fábrica pelos revendedores será objecto de regulamentação por Decreto Executivo do Ministro das Finanças.

2. Deve ser afixado o preço praticado pelos Agentes endecedores na venda do cimento, em placa informativa lizada defronte ao local de venda.

ARTIGO 10.º
(Período da importação)

A importação objecto do presente Diploma deve ser feita cadaquamente ao longo do ano de 2014, salvaguardando-se ajustes a realizar eventualmente.

ARTIGO 11.º
(Calendário das importações)

Tendo em conta as necessidades do mercado e faseamento das importações, o Gabinete de Inspeção do Ministério da Construção deverá, em coordenação com demais representantes dos Ministérios integrantes da comissão, em estrita cooperação com os importadores, laborar e assegurar a execução do cronograma anual de importação, incluindo quantidades, portos de destino, datas de chegada e províncias a que se destinam o produto.

ARTIGO 12.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que suscitarem a interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo Conjunto serão resolvidas por Despacho do Ministro da Construção.

ARTIGO 13.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo Conjunto entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Janeiro de 2014.

O Ministro da Economia, *Abrahão Pio dos Santos Gourgel*.

A Ministra da Indústria, *Bernarda Gonçalves Martins Henriques da Silva*.

A Ministra do Comércio, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

O Ministro da Construção, *Waldemar Pires Alexandre*.

Considerando o disposto no artigo 14.º da Lei n.º 19/91, de 25 de Março;

Porque, com a subsunção dos factos nas previsões das referidas leis, foram automaticamente desencadeadas as consequências jurídicas pertinentes;

Nestes termos, os Ministros da Justiça e dos Direitos Humanos e do Urbanismo e Habitação, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 7/95, de 1 de Setembro, determinam:

1. Proceda a Conservatória Competente ao registo a favor do Estado, livre de quaisquer ónus ou encargos, do prédio urbano de dois pisos (cave e rés-do-chão), situado na Província da Huíla, Lubango, no Bairro Mapunda, inscrito na Repartição Fiscal do Lubango, sob o n.º 2.680, omisso na Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla, em nome de João Gonçalves de Freitas Júnior.

2. Quando necessário, deverão as entidades e estruturas do Estado com a competência para o efeito, designadamente a Comissão para a Venda do Património Habitacional do Estado, o Instituto Nacional de Habitação, as estruturas competentes dos Governos das Províncias e as Repartições Fiscais, promover os actos necessários para que, no mais breve lapso de tempo possível, o registo referido no número anterior venha a corresponder exactamente à realidade matricial que estiver em causa.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Janeiro de 2014.

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.

O Ministro do Urbanismo e Habitação, *José António Maria da Conceição e Silva*.

Despacho Conjunto n.º 59/14
de 15 de Janeiro

Tendo-se verificado a ausência injustificada do proprietário, por período de tempo superior a 45 dias, durante a vigência da Lei n.º 43/76;

Atendendo a que a Lei n.º 7/95, de 1 de Setembro, considera confiscado, constituindo património do Estado, independentemente de quaisquer formalismos, todos os imóveis e fracções autónomas abrangidos pelas Leis n.ºs 3/76 e 43/76, de 3 de Março, e 19 de Junho;

Considerando o disposto no artigo 14.º da Lei n.º 19/91, de 25 de Março;

Porque, com a subsunção dos factos nas previsões das referidas leis, foram automaticamente desencadeadas as consequências jurídicas pertinentes;

Nestes termos, os Ministros da Justiça e dos Direitos Humanos e do Urbanismo e Habitação, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 137.º da Constituição da

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS E DO URBANISMO E HABITAÇÃO

Despacho Conjunto n.º 58/14
de 15 de Janeiro

Tendo-se verificado a ausência injustificada do proprietário, por período de tempo superior a 45 dias, durante a vigência da Lei n.º 43/76;

Atendendo a que a Lei n.º 7/95, de 1 de Setembro, considera confiscado, constituindo património do Estado, independentemente de quaisquer formalismos, todos os imóveis e fracções autónomas abrangidos pelas Leis n.ºs 3/76 e 43/76, de 3 de Março e 19 de Junho, respectivamente;

DIÁRIO
R

República de Angola, e do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 7/95, de 1 de Setembro, determinam:

1. Proceda a Conservatória Competente ao registo a favor do Estado, livre de quaisquer ónus ou encargos, do prédio urbano destinado a comércio e habitação, situado no Bairro do Tchico, Província da Huíla, inscrito na Repartição Fiscal do Lubango, sob o n.º 1.015, omissa na Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla, em nome de Manuel de Almeida.

2. Quando necessário, deverão as entidades e estruturas do Estado com a competência para o efeito, designadamente a Comissão para a Venda do Património Habitacional do Estado, o Instituto Nacional de Habitação, as estruturas competentes dos Governos das Províncias e as Repartições Fiscais, promover os actos necessários para que, no mais breve lapso de tempo possível, o registo referido no número anterior venha a corresponder exactamente à realidade matricial que estiver em causa.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Janeiro de 2014.

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, *Rui Jorge Carneiro Manguera*.

O Ministro do Urbanismo e Habitação, *José António Maria da Conceição e Silva*.

Despacho Conjunto n.º 60/14 de 15 de Janeiro

Tendo-se verificado a ausência injustificada do proprietário por período de tempo superior a 45 dias durante a vigência da Lei n.º 43/76;

Atendendo a que a Lei n.º 7/95, de 1 de Setembro, considera confiscado, constituindo património do Estado, independentemente de quaisquer formalismos, todos os imóveis e fracções autónomas abrangidos pelas Leis n.ºs 3/76 e 43/76, de 3 de Março e 19 de Junho;

Considerando o disposto no artigo 14.º da Lei n.º 19/91, de 25 de Março;

Porque com a subsunção dos factos nas previsões das referidas leis foram automaticamente desencadeadas as consequências jurídicas pertinentes;

Nestes termos, os Ministros da Justiça e dos Direitos Humanos e do Urbanismo e Habitação, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 7/95, de 1 de Setembro, determinam:

1. Proceda a Conservatória Competente ao registo a favor do Estado, livre de quaisquer ónus ou encargos do prédio urbano composto de duas moradias geminadas, situado na Província da Huíla, Lubango, no Bairro Comercial, inscrito na Repartição Fiscal do Lubango, sob o n.º 911, omissa na Conservatória dos Registos da Comarca da Huíla, em nome de José Pereira Dias.

2. Quando necessário, deverão as entidades e estruturas do Estado com a competência para a Venda do Património do Estado, o Instituto Nacional de Habitação, as estruturas competentes dos Governos das Províncias e as Repartições Fiscais promover os actos necessários para que, no mais breve lapso de tempo possível, o registo referido no número anterior venha a corresponder exactamente à realidade matricial que estiver em causa.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Janeiro de 2014.

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, *Carneiro Manguera*.

O Ministro do Urbanismo e Habitação, *Maria da Conceição e Silva*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Despacho Conjunto n.º 61/14 de 15 de Janeiro

Atendendo a que a Lei n.º 7/95, de 1 de Setembro, considera confiscado, constituindo património do Estado, independentemente de quaisquer formalismos, todos os imóveis e fracções autónomas abrangidos pelas Leis n.ºs 3/76 e 43/76, de 3 de Março, e 43/76, de 19 de Junho;

Considerando o disposto no artigo 14.º da Lei n.º 19/91, de 25 de Maio;

Porque com a subsunção dos factos nas previsões das referidas leis foram automaticamente desencadeadas as consequências jurídicas pertinentes;

Nestes termos, os Ministros da Justiça e dos Direitos Humanos e da Administração do Território, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 226/11, de 17 de Agosto, conjugadas com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 7/95, de 1 de Setembro, determinam:

1.º — Proceda a Conservatória competente ao registo a favor do Estado, livre de quaisquer ónus ou encargos dos prédios rústicos, sítos em Luanda, a seguir identificados:

I. Prédio rústico sito no Distrito Urbano de Maianga, Rua Hélder Neto, Bairro Alameda, Município de Luanda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, em fls. 83 do Livro B-13, sob o n.º 2.748, com área de 629,00 m² e inscrito a fls. 79 do Livro G-02, sob o n.º 1.001, em nome de Manuel Ferreira Rodrigues D'Almeida.

- II. Prédio rústico sito no Distrito Urbano da Ingombota, Rua Amílcar Cabral, Bairro Ingombota, Município de Luanda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 140 do Livro B-26, sob o n.º 7.864, com a área de 1.356,63 m², inscrito a fls. 37 do Livro G-32, sob o n.º 30.123 e desanexado sob o n.º 4.910, a fls. 163 do Livro B-18, em nome de Fernando Gonçalves, João Paulo de Jesus Brandão da Graça e Flávia Aguiar da Rocha Dias.
- III. Prédio rústico sito no Distrito Urbano do Sambizanga, Rua António Enes, Bairro São Paulo, Município de Luanda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 34 do Livro B-27, sob o n.º 13.910, com a área de 767.20,00 m², em nome de Emília Mercedes de Melo Nogueira Santos.
- IV. Prédios rústicos sitos no Distrito Urbano da Ingombota, Rua António Saldanha da Gama, Bairro Maculusso, Município de Luanda, descritos na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 127 do Livro B-22, sob o n.º 6.384, com a área de 864,51 m² e a fls. 127, verso do Livro B-22, sob o n.º 6.385, com a área de 766,63 m², ambos inscritos a fls. 195 do Livro G-5, sob o n.º 5.325, em nome de Henrique Gago da Graça.
- V. Prédio rústico sito no Distrito Urbano da Ingombota, Avenida Lenine, Bairro Maculusso, Município de Luanda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 178 do Livro B-13, sob o n.º 2.956, com a área de 1.496,84 m² e inscrito a fls. 179 do Livro G-8, sob o n.º 8.664, em nome da Sociedade Agrícola NAPAL, S.A.R.L.
- VI. Prédio rústico sito no Distrito Urbano da Ingombota, Rua Amílcar Cabral, Bairro Ingombota, Município de Luanda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, a fls. 113 do Livro B-17, sob o n.º 4.369, com a área de 1.269,00 m² e inscrito a fls. 70, verso do Livro G-23, sob o n.º 23.627, em nome da Sociedade Comercial Pina & Domingos.

2.º — Quando necessário, deverão as entidade e estruturas do Estado com competência para o efeito, designadamente a Comissão Nacional para a Venda do Património Habitacional do Estado, o Instituto Nacional de Habitação,

as estruturas competentes dos Governos Provinciais e Repartições Fiscais, promover os actos necessários para que, no mais breve lapso de tempo possível, o registo referido no número anterior venha a corresponder exactamente à realidade matricial que estiver em causa.

3.º — Os imóveis ora mandados registar ficam afectos ao Governo Provincial de Luanda que lhes assinalará o destino conveniente no âmbito da gestão urbana. -

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Janeiro de 2014.

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, *Rui Jorge Carneiro Mangueira*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Despacho n.º 62/14
de 15 de Janeiro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com alínea f) do n.º 3 do artigo 4.º e do n.º 1 do artigo 5.º, todos do Estatuto Orgânico do Ministério da Economia, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 1/11 de 3 de Janeiro, determino:

É Eduardo Amândio de Oliveira Quissanga, Director do Gabinete Jurídico do Ministério da Economia, exonerado do cargo que vinha exercendo por força do Despacho n.º 823/13, de 21 de Março, que o havia nomeado.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Maio de 2013.

Ministro, *Abrahão Pio dos Santos Gourgel*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Despacho n.º 63/14
de 15 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

1. É Paulo Maldonado Suzi Buarga, funcionário público, com a categoria de Estagiário de Investigação, demitido,

por abandono de lugar, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 46.º do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 64/14
de 15 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, determino:

É Domingas Felícia Tomás, Técnica Superior de 1.ª Classe, transferida do Centro Nacional de Recursos Fitogenéticos para o Instituto de Desenvolvimento Agrário.

Publique-se.

Luanda, 31 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 65/14
de 15 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro combinado com a alínea g) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

Exonero Alfredo Armindo Francisco da Cunha, do cargo de Chefe de Secção de Produção Agrícola, da Direcção Nacional de Agricultura e Pecuária, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 2724/11, de 27 de Setembro, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 66/14
de 15 de Janeiro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

Exonero Francisco Delfina do cargo de Chefe de Secção Experimental do Café da Ganda, para o qual foi nomeado por Despacho Interno n.º 41/10, de 24 de Fevereiro, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 67/14
de 15 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

1. É o funcionário Carlos António Ferreira, colocado no Departamento Provincial de Agricultura, para efeitos de aposentação, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, 31 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 68/14
de 15 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

1. É o funcionário Francisco Malundo Victor, colocado no Departamento Provincial de Agricultura, para efeitos de aposentação, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 69/14
de 15 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

do 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Janeiro, combinado com a alínea d) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

— É o funcionário Alfredo Armindo Francisco da Silva, Chefe de Secção, desvinculado do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, para efeitos de aposentação, reunir as condições necessárias exigidas por lei.

— O presente Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 70/14 de 15 de Janeiro

Considerando estar em curso a implementação do Projecto de Desenvolvimento Agrícola na Província do Moxico;
Havendo necessidade de se nomear o coordenador do referido Projecto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

É Domingos Gonçalves Coimbra, Médico Veterinário, nomeado para exercer as funções de Coordenador do Projecto Agrícola do Moxico.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 71/14 de 15 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro combinado com a alínea g) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

É Henrique Aragão Vaz de Carvalho, Investigador Auxiliar, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe da Estação Experimental do Café da Ganda, com a categoria equiparada a Chefe de Departamento.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 72/14 de 15 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

É José Soares Ramos, Engenheiro Agrónomo, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe do Departamento de Economia Florestal e Faunística da Direcção Nacional de Florestas.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 73/14 de 15 de Janeiro

Havendo necessidade de se regularizar o vínculo jurídico laboral de docentes afectos às Repartições Municipais da Educação, Cultura, Juventude e Desporto do Amboim, Ebo, Porto Amboim, Sumbe, Cassongue, Cela, Seles, Kibala, Conda e Libolo, da Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia do Kwanza-Sul, Província do Kwanza-Sul, de acordo com o disposto no artigo 2.º, n.º 2, do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — São nomeados definitivamente os Professores do I e II Ciclos do Ensino Secundário afectos às Repartições Municipais da Educação do Amboim, Ebo, Porto Amboim, Sumbe, Cassongue, Cela, Seles, Kibala, Conda e Libolo, Província do Kwanza-Sul, constantes da lista que se segue, nas categorias que se indicam:

Repartição Municipal do Amboim:

1. Andreza Domingos Albino Patrício Kipombo — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 33078501, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «Kuito Kuanavale», Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

2. Emília Miguel Pedro — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 4.º Escalão, Agente n.º 18030438, colocada na Escola Primária 17 de Setembro, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

3. Estêvão Gabriel Joaquim Quinda — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente

n.º 11361184, colocado na Escola do I Nível na Zona Escolar do ICA, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

4. João Gamba Sacalumbo — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 88169920, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário da Gabela, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

5. José Eduardo Luciano — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11679070, colocado na Escola Nzinga Mbandi, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

6. Luzia Aspirante Ferreira Manuel — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11361340, colocada na Escola Primária da Aldeia, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

7. Maria Luísa João Manuel José — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 11362150, colocada na Escola Primária José Marty, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

8. Mariana Joaquim — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 11361557, colocada na Escola Primária da Aldeia, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal do Ebo

9. Helena da Conceição Armando Narciso — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11999917, colocada na Escola do I e II Ciclos do Ensino Secundário do Ebo, Província do Kwanza-Sul.

10. João da Silva — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 2.º Escalão, Agente n.º 18029926, colocado na Escola do I e II Ciclos do Ensino Secundário do Ebo, Província do Kwanza-Sul.

11. Manuel Fernando — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 18009910, colocado na Escola do I e II Ciclos do Ensino Secundário do Ebo, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal de Porto Amboim

12. Araújo Viagem Albino — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 18037222, colocado na Escola Augusto Ngangula, Município de Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

13. Emílio Júnior Chimbinda — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 11992000, colocado na Escola do Ensino Primário Comissário Sembo, Município de Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

14. Florinda Mazembo Anastácio — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11992186, colocada na Escola 21 de Março, Município de Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

15. Júlia Maria Mendes Adriano — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente

n.º 11351866, colocada na Escola do Ensino Secundário Branca (Bumba), Município de Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

16. Noémia de Sousa Diogo Mateus — Professora do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 12375099, colocada na Escola Primária de Ngangula, Município de Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

17. Teodora Isabel Pinto Cassinda — Professora do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11993004, colocada na Escola Cassanga, Município de Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal do Sumbe

18. Américo Sebastião da Silva — Professor do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 11363480, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

19. Ari António Manuel — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário do 6.º Escalão, Agente n.º 11363480, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

20. Esvânia de Mariana Pedro Domingos — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 11992195, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

21. Felícia Serafim Kiteculo — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 4.º Escalão, Agente n.º 18036949, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

22. Isabel Francisco Cardoso Guilherme — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, colocada na Direcção Provincial da Educação, Tecnologia do Kwanza-Sul.

23. Jesus Victorino Abrantes Manuel — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88004743, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

24. José Dinis — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11363480, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

25. Jurema Yari Basílio da Cruz — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 11995434, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «2 de Março», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

26. Lino Mário da Silva — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 7.º Escalão, Agente n.º 11363480, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

27. Manuel Faria Victor — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente

11669700, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

28. Mariana Beciano — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 10948102, colocada na Escola Primária Terra Prometida, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

29. Pedro Jacinto Luís da Cruz — Professor do Ensino Secundário Diplomado do I Ciclo do 6.º Escalão, Agente n.º 12372379, colocado na Escola Primária da Pomba Nova, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

30. Tomás Paulino Neto — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 07813456, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «Rainha Paz», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal de Cassongue

31. Augusto João Gonçalves — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 18023148, colocado na Escola Primária do Cruzamento, Município do Cassongue, Província do Kwanza-Sul.

32. César Danik Cahombo — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 05528438, colocado na Escola do I e II Ciclos do Ensino Secundário de Cassongue, Província do Kwanza-Sul.

33. Filipe José — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11994438, colocado no Núcleo do Magistério Primário de Cassongue, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal da Cela

34. Jacinta José Inês — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 88060487, colocada na Escola do I e II Ciclos do Ensino Secundário de António Agostinho Neto, Município da Cela, Província do Kwanza-Sul.

35. Zeferino Sacutambuca — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 11998616, colocado na Escola do I e II Ciclos do Ensino Secundário do Waku-Kungo, Município da Cela, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal do Seles

36. Arlindo Pinto Duarte — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 18066880, colocado na Repartição Municipal do Seles, Província do Kwanza-Sul.

37. Estevão dos Santos Adriano — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88044206, colocado na Escola Primária do Hombo, Comuna da Amboiva, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

38. Manuel Alfredo — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 07829859, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário do Seles, Província do Kwanza-Sul.

39. Olavrio Chitungila Albino — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88056720, colocado na Escola do Ensino Primário e I Ciclo do Ensino Secundário da Amboiva, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal da Kibala

40. Marlene Dionísia Maria Faustino da Cunha — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 89249399, colocada na Repartição Municipal da Kibala, Província do Kwanza-Sul.

41. Venâncio Mário Fernandes — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 89249287, colocado na Repartição Municipal da Kibala, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal da Conda

42. Ângela José Miguel — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 88054558, colocada na Escola «5 de Outubro», Município da Conda, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal do Libolo

43. Baptista Manuel — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 2.º Escalão, Agente n.º 18016125, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

44. Carlos António Machado Chico — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11684697, colocado na Repartição Municipal do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

45. Fernando Francisco Cafunda Manuel — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88080398, colocado na Escola Kwame N'krumah, Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

46. Hélio Augusto Martinho — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 10944618, colocado na Repartição Municipal do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

47. Manuel Gregório Lisboa — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 12002725, colocado na Repartição Municipal do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

48. Manuel Gonçalo Costa — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 11681227, colocado na Repartição Municipal do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

49. Manuel Joaquim Flávio Passagem — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88080633, colocado na Escola Kwame N'krumah, Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

50. Mário Dongo Cambiri — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 12377827, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Kwame N'krumah, Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

51. Pedro Gango Céres — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário do 6.º Escalão, Agente n.º 88083809, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário da Missão Católica do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

52. Quintino José — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11684467, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário 11 de Novembro, Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

53. Sabiano Eduardo — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 12002412, colocado na Repartição Municipal do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

54. Simão Estêvão Nicolau — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 18025041, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Kwame N'krumah, Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Pinda Simão*.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

Despacho n.º 74/14
de 15 de Janeiro

Considerando que as Instituições de Ensino Superior, no quadro da sua autonomia institucional, podem promover o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras e demais instituições vocacionadas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, nos termos do disposto na alínea g) do artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Convindo assegurar o princípio da legalidade e da prossecução do interesse público, no âmbito das competências no domínio da gestão das Instituições de Ensino Superior plasmado no artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea q) do artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

1. É homologado o Protocolo de Cooperação entre o Instituto Superior Técnico de Angola e a Universidade do

Minho de Portugal, anexo ao presente Decreto, na parte integrante.

2. A implementação do Protocolo ora aprovado observar o estatuído na legislação em vigor do Jurídico Angolano, em particular no Subsector Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Amaral*.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE DO MINHO E O INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO DE ANGOLA

A Universidade do Minho, sediada no local em Braga, Portugal, Pessoa Colectiva n.º 5002, representada pelo seu Reitor, António M. Cunha, denominada UMinho;

O Instituto Superior Técnico de Angola, sediada na Cor, Município de Viana, Luanda, Angola, representada pelo Presidente da Direcção da Entidade Promotora, Arsénio Mateus, doravante denominado ISTA;

Considerando que:

1. A UMinho é uma instituição pública de ensino superior que possui valências científicas e técnicas nas quais o Instituto Superior Técnico de Angola oferece uma oferta pedagógica.

2. A UMinho é detentora de competências que permite organizar e leccionar licenciaturas, mestrados e doutoramentos nas citadas áreas científicas e técnicas, emitindo os competentes diplomas e certificados.

3. O ISTA, instituição privada de ensino superior, tem interesse na formação dos seus quadros, através da pós-graduação, mestrado e doutoramento e pretende alargar e diversificar a oferta formativa nos segundo e terceiro ciclos, resolvendo firmar o presente Protocolo de Cooperação, mediante as seguintes condições em conformidade com as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA 1.ª (Objecto)

Constitui objecto do presente Protocolo de Cooperação a criação de condições para a realização conjunta de actividades que visem potenciar e desenvolver as valências científicas e técnicas das duas instituições.

CLÁUSULA 2.ª (Actividades)

1. As duas instituições acordam em desenvolver, conjuntamente, no quadro do interesse e das competências das mesmas:

a) Cursos de formação pedagógica de docentes universitários;

- b) Cursos de formação pós-graduada nos diversos domínios científicos;
- c) Cursos de aperfeiçoamento técnico e profissional destinados a quadros executivos de instituições públicas e empresas.

2. As instituições podem ainda organizar seminários e ferências de índole científica e o intercâmbio de professores, de investigadores e de técnicos.

3. As duas instituições colaborarão na publicação de anuais de apoio aos estudantes, na edição de revistas e na troca de publicações.

4. A UMinho, na medida das suas possibilidades, ao nível científico-pedagógico, colaborará com o ISTA na criação de uma Escola de Pós-graduações e Altos Estudos, no âmbito da qual se realizarão os cursos de pós-graduação, mestrados e doutoramentos.

5. A cooperação referida nos pontos anteriores não é impeditiva da realização de quaisquer acções que a UMinho ou o ISTA desenvolvem ou venham a desenvolver quer por iniciativa própria, quer em colaboração com outras entidades.

CLÁUSULA 3.ª (Implementação)

1. Para cada acção formativa a ser implementada será celebrado um aditamento a este Protocolo onde ficarão definidos os aspectos particulares relativos à sua operacionalização, incluindo a organização curricular dos cursos, o seu calendário e outras condições, bem como as responsabilidades das Partes.

2. A organização das acções formativas mencionadas no ponto anterior deve ter em atenção o interesse do ISTA em assegurar:

- a) Que uma importante parte lectiva dos cursos ocorra em Angola;
- b) Que, sempre que as Partes o considerem necessário ou aconselhável, se preveja a realização em Portugal de períodos de investigação e de actividade lectiva intensiva;
- c) Que se preveja a existência em Angola de uma estrutura mínima da UMinho ou de algum representante seu para apoio local com vista a operacionalizar o presente Protocolo;
- d) Que parte da docência a realizar em Angola seja assegurada por docentes locais, cujo curriculum académico e profissional, sob proposta do ISTA, seja previamente aprovado pela UMinho.

3. A UMinho assumirá responsabilidade sobre os cursos que organizará, emitindo os respectivos certificados e diplomas, até estarem criadas em Angola condições, quer para a oferta de formação deste tipo com dupla titulação pelas duas instituições, quer para a oferta de formação pós-graduada directamente pelo ISTA, embora em parceria com a UMinho.

CLÁUSULA 4.ª (Financiamento)

As acções a definir e implementar no âmbito do presente Protocolo deverão ser financiadas pela entidade que as promove, nos termos que vierem a ser definidos em adenda específica para cada actividade.

CLÁUSULA 5.ª (Gestão do Protocolo de Cooperação)

1. A definição das políticas gerais a estabelecer no domínio da cooperação entre as duas instituições, a assinatura dos aditamentos referidos na cláusula 3.ª e a tomada de decisões estratégicas serão assumidas pelos órgãos de governo legalmente estatuídos em cada uma das instituições.

2. Para a execução do presente Protocolo de Cooperação, e para os fins da cláusula 3.ª, n.º 2, alínea c), as instituições nomearão de comum acordo um responsável com competência para a tomada das decisões de gestão corrente necessárias, sem prejuízo do número anterior, para o que o ISTA assumirá as despesas com viagens, acomodação e per diem para alimentação.

O presente Protocolo de Cooperação entra imediatamente em vigor e terá a duração de três anos, sendo automaticamente renovado se não for denunciado por qualquer das Partes, por carta registada e com aviso de recepção, no prazo de 30 dias antes do termo da sua prorrogação.

Feito em dois exemplares, em Braga, em 24 de Outubro de 2012.

O Reitor da Universidade do Minho, *António M. Cunha*.

O Presidente da Entidade Promotora do Instituto Superior Técnico de Angola, *Manuel Arsénio Mateus*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 75/14
de 15 de Janeiro

Havendo necessidade de constituir uma Comissão de Avaliação para apreciar as propostas e a adopção do procedimento concursal limitado sem apresentação de candidatura no âmbito da Reabilitação do Museu Nacional de História Natural, nos termos da Lei da Contratação Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e a alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Constituição)

É constituída a Comissão de Avaliação encarregue de avaliar as propostas de candidatura de fiscalização no âmbito da reabilitação do Museu Nacional de História Natural.

ARTIGO 2.º
(Composição)

A Comissão ora criada é composta pelos seguintes membros:

- a) Luís António Mata Júnior, Director do GEPE — Presidente;
- b) João da Silva Constantino, (GEPE);
- c) Ambrósio Micoló (Gabinete Jurídico do MIN-CULT);
- d) Sandra Lulua (DNAGO).

ARTIGO 3.º
(Competências)

Compete à Comissão de Avaliação:

- a) Receber as propostas endereçadas pelos concorrentes;
- b) Conduzir o acto público do Concurso;
- c) Proceder à apreciação das propostas;
- d) Elaborar o relatório de análise das propostas;

e) Elaborar a proposta de decisão sobre a proposta e a adjudicação a submeter à autoridade competente para a tomada da decisão;

f) Remeter à Ministra da Cultura os pareceres e avaliações das propostas.

ARTIGO 4.º
(Remuneração)

A remuneração da Comissão ora criada é fixada nos termos da legislação vigente na Função Pública.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação deste Diploma são resolvidas por decisão da Ministra da Cultura.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 14 de Outubro de 2013.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*